Justiça $\times$ Liberdade

ATENÇÃO, TEORIA EM ANDAMENTO não me responsabilizo por suas consequências.

Este texto será um exercício analítico, uma tentativa de formalização dos conceitos de justiça, liberdade e direito. Não tenho compromisso com nenhuma escola de direito, como foi dito é apenas um ensaio, porém tenho compromisso com os valores da *Escola Analítica* e portanto a lógica e o desenvolvimento natural das ideias serão os pilares desta discussão. Embora a realidade possa exigir refinamento e complexidade, neste texto o compromisso será com o intelecto, por isso o cuidado com a simplicidade e generalização.

[**Ação**] É interagir com algo a partir de uma previsão. Tal ação com possíveis consequências.

A ação será regulada através dos conceitos de justiça e liberdade. Estes conceitos são antagônicos, a justiça restringe ações consideradas ruins e a liberdade permite ações que não são consideradas ruins ou que estão justificadas. O propósito de uma legislação é justamente fazer esta regulação, do que pode ou não ser feito.

Conceito [**Responsabilidade**] Quem age tem responsabilidade pelas consequências previsíveis da ação. A responsabilidade cria um vínculo entre vítima e culpado, o culpado aquele que agiu provocando uma consequência ruim para a vítima.

Vamos considerar ao longo do texto que a violação de direitos será em relação a uma determinada vítima.

[**Proto-Direito**] Um proto-direito é uma expressão que é utilizada para avaliar se uma determinada ação é legítima. Uma ação deve pertencer a algum proto-direito para ser avaliada.

Conceito [**Prioridade**] É um relação de ordem dos proto-direitos, se um proto-direito tem maior prioridade que outro, no caso de conflito, o proto-direito de maior prioridade pode justificar a violação de um de menor prioridade.

Usamos a notação de ordem $A > B$ que significa que o proto-direito A tem prioridade maior que o proto-direito B. $A < B$ significa que o proto-direito B tem prioridade maior que o proto-direito A. Dizemos que uma ação p tal que viole um proto-direito A é justificado, caso exista B tal que $B > A$ e p pertença a este proto-direito B. Vamos usar a notação de conjuntos $p \in P$ para denotar que p é uma ação que pertence a um proto-direito P. Para denotar que a ação p viola um proto-direito vamos denotar por $p \in P^*$.

Vamos assumir que a relação de ordem de proto-direito preserva algumas propriedades, como a transitividade ($A < B$ e $B < C$ então $A < C$), tricotomia (Entre A e B, um e somente um dos três é válido $A < B$, $A > B$,$A \equiv B$). Usamos $\equiv$ para dizer que eles tem a mesma prioridade, usamos $=$ para dizer que eles são idênticos.

A cerca da notação lógica, temos $\Phi(\dots)$ que indica as hipótese que não são questionadas, elas sempre são verdadeiras porque fazem parte da construção do problema. $\wedge$ denota a conjunção lógica (e lógico). $\vee$ denota a disjunção lógica (ou lógico). $P \implies Q$ significa que (P implica em Q) ou (se P então Q). O operador $\forall$ significa o quantificador lógico (para todo). $P \iff Q$ significa (P se e somente se Q). $\exists$ é o quantificador lógico (existe). Denotamos $p \in A^*B$ como sendo $(p \in A^*) \wedge (p \in B)$.

[Justificação]

$$\Phi(p \in A^*) : \triangle(p, A) \overset{\texttt{def}}{\iff} (\exists B > A : p \in B)$$
$$\triangle A \overset{\texttt{def}}{\iff} \forall p \in A^* : \triangle(p, A)$$

A cerca da notação, $\overset{\texttt{def}}{\iff}$ significa que estou definindo algo, no caso o operador $\triangle$. Em linguagem humana estamos dizendo que uma ação p é justificada para uma violação A se e somente se existe um proto-direito B que a justifica (tem ordem superior). Dizemos que um proto-direito é sempre justificado se para toda ação que conflita com ele é justificada por algum proto-direito.

É imediato que: $\Phi(p \in A) : \forall B < A : p \in B^* \implies \triangle(p, B)$

[Proto-Direito Maximal] $P_{\texttt{maximal}} \overset{\texttt{def}}{\iff} \forall B : (B < P \vee B \equiv P)$

Proposição [Violação de Proto-Direito Maximal]

$$\Phi(A_{\texttt{maximal}}) : p \in A^* \implies \neg\triangle(p, A)$$

Dialética: $\rightarrow$ (Demonstração por Absurdo)

¿ $\Phi(p \in A^*) : (\exists B : B > A \wedge p \in B) \implies 0$? $\rightarrow$ (Contradição com $A_{\texttt{maximal}}$)

Demonstração:

$\Phi(A_{\texttt{maximal}}) : p \in A^* \implies \neg\triangle(p, A)$?
- $A_{\texttt{maximal}}$, hipótese
- $\forall B : (B < A \vee B \equiv A)$, definição de proto-direito maximal
- $p \in A^*$, hipótese
- $(\exists B : B > A \wedge p \in B) \implies 0$? ($\cdots \implies 0$ significa que queremos uma contradição)
  - $(\exists B : B > A \wedge p \in B)$
  - Seja B que satisfaça $B > A \wedge p \in B$
  - $B > A$ contradiz $\forall B : (B < A \vee B \equiv A)$
  - 0, temos um absurdo.
- $\neg(\exists B : B > A \wedge p \in B)$
- $\neg\triangle(p, A)$, substituição de definição.

Em linguagem humana, uma demonstração formal de $P \implies Q$ é conseguir a partir de P e regras de inferência (passos lógicos, argumentos lógicos, raciocínio) chegar a Q. A demonstração utilizada neste texto é estruturada (o espaçamento cria hierarquias de problemas), possibilitando resolver sub-problemas de maneira organizada, o raciocínio que pertence a solução de um problema são todas as sentenças que estão a um espaçamento à direita e abaixo e que também estão antes de outro problema de mesmo nível ou de nenhum. Quando um sub-problema pertence a solução de um problema ela herda todos os resultados obtidos anteriores do problema e também suas premissas (hipóteses). Dessa forma podemos usar tais resultados dentro da solução do sub-problema. Problemas e sub-problemas são identificados com (?), todo resto são sentenças. Para quem é familiar com programação de computadores, o conceito de demonstração estruturada é similar.

O resultado $\Phi(A_{\texttt{maximal}}) : p \in A^* \implies \neg\triangle(p, A)$ significa que quando temos um proto-direito maximal (que não tem nenhum outro proto-direito de maior prioridade) então temos que qualquer violação deste é injustificável. Não é um resultado surpreendente, pois ele é apenas um artefato da abstração da lógica formal, nós estamos usando uma notação como se estivéssemos empacotando coisas, ao empacotar perdemos a percepção da relação natural entre elas, ao desempacotar conseguimos enxergar o que realmente acontece.

A dialética neste texto tem como sentido caminho das ideias (dialética socrática), é uma maneira de encurtar uma demonstração formal mostrando apenas os problemas e os sub-problemas que irão ajudar a resolve-lo. Faz parte do paradigma da demonstração dialética que o leitor tente demonstrar seguindo o caminho proposto, pelo menos uma vez, para depois comparar com a demonstração proposta. O artefato de abstração é análogo a um truque de mágica, em que objetos são inseridos em cartolas, caixas e etc, ocultando suas propriedades, é importante que o benefício da lógica formal não se torne um show de mágica. Para essa finalidade a conexão em nível de consciência dos símbolos com suas definições precisa ser exercitada. O paradigma da demonstração dialética ajuda neste sentido.

[**Direito**]

$$p \in \mathcal{D} \stackrel{\text{def}}{\iff} \forall A : p \in A^* \implies \triangle(p, A)$$

A cerca da notação temos, $p \in \mathcal{D}$ indica que p é uma ação legítima. $p \notin \mathcal{D}$ denota que p não é uma ação legítima. Uma possibilidade de ação é considerada legítima (direito) caso ela se encaixe em um proto-direito e seja justificado para qualquer violação de outro proto-direito. Uma ação justificada não necessariamente é legítima, para ela ser legítima deve ser avaliado se todas as violações são justificadas.

Nesta teoria consideramos não existir uma expressão correta e suficientemente genérica de um direito, a linguagem apenas pode expressar corretamente e de maneira genérica proto-direitos. O direito é considerado uma entidade resultante da lógica do sistema, uma ação deve ser avaliada através do uso dos proto-diretos e de sua ordem de prioridade para ser considerada legítima ou não. Definir proto-direito é um artifício utilizado nesta teoria para se permitir escrever mais facilmente o sistema, sem a necessidade de expressar todas as exceções possíveis para cada direito. Suponha que $A > B$ eu não preciso escrever que o direito B é legítimo exceto se violar A, pois a relação de ordem já deixa implícito as exceções.

Proto-Direito [**Justiça**] A justiça (A uma sociedade justa).

Vamos denotar $p \in \mathcal{J}$ quando uma ação p pertencer ao proto-direito justiça. Este proto-direito é propositalmente tautológico, postergando a definição precisa do que é injusto e justo e de como garantir esta justiça em sentenças posteriores. Implicitamente dentro do conceito de sociedade justa, temos os conceitos de coerção, punição, compensação frente a injustiças.

Proto-Direito [**Liberdade**] A ação.

Vamos denotar $p \in \mathcal{L}$ quando uma ação p pertencer ao proto-direito liberdade. O direito a liberdade é propositalmente vago, conforme a necessidade, as ações legítimas serão restritas através da prioridade dos direitos. Isso faz com que a liberdade seja naturalmente maximizada. Note que faz sentido escrever $p \in \mathcal{L}\mathcal{L}^*$, pois um pode estar se referindo a liberdade do criminoso e o outro da violação de liberdade da vítima.

Princípio [**de Ação**] Toda ação é um proto-direito de liberdade.

Note que dizer ($\mathcal{L}$ é o proto-direito de agir) não implica em nenhuma consequência operacional, e portanto nenhuma consequência lógica, pois o raciocínio formal (através de símbolos e propriedades) somente pode extrair informação a cerca da estrutura, o significado é uma atribuição humana a um símbolo. Para conseguir extrair algo precisamos de alguma propriedade para $\mathcal{L}$, uma propriedade que se encaixe no seu significado. O princípio de ação é uma propriedade deste tipo, assim toda ação p temos que $p \in \mathcal{L}$ e esta propriedade diferencia o símbolo $\mathcal{L}$ dos demais símbolos. A matemática não enxerga o significado, ela só enxerga suas propriedades operacionais, para que a matemática enxergue $\mathcal{L}$ como liberdade, então ela precisa de alguma propriedade especial.

Vamos considerar este raciocínio:

$\mathcal{L} > A \implies \triangle A$?
    $\mathcal{L} > A$
    $\forall p \in A^* : \triangle(p, A)$?
        $p \in A^*$
        $p \in \mathcal{L}$, pelo princípio de ação.
        $\mathcal{L} > A$, portanto $\mathcal{L}$ justifica p

$\triangle(p, A)$
$\forall p \in A^* : \triangle(p, A)$
$\triangle A$, pela definição.

Temos a proposição (a questão a ser resolvida) $\mathcal{L} > A \implies \triangle A$. Em linguagem humana queremos saber se caso haja um proto-direito de menor prioridade que a liberdade então temos que qualquer violação a esse proto-direito é justificado.

Nós não queremos que um proto-direito seja inferior a liberdade, pois um dos propósitos das leis é restringir a liberdade. Portanto queremos encontrar inconsistências lógicas ao assumirmos o contrário. Como resultado temos que tal proto-direito nunca pode funcionar para ilegitimar uma ação. Qual o sentido de manter em uma legislação um direito que não pode ser utilizado para se defender? Será que ele pode ser útil para dizer o que é possível fazer? Não é útil, pois a maneira como construímos a teoria para maximizar a liberdade, todas as ações já estão na liberdade. A princípio tudo pode ser feito, até que se prove que não. Dessa forma $\triangle A$ torna A desnecessário.

[**Relação de Necessidade**]

$$\blacklozenge A \overset{\text{def}}{\iff} (\forall p \in A : p \notin \mathcal{D}) \vee \triangle A$$

Usamos $\lozenge A$ para denotar que A é necessário para o sistema. Usamos $\blacklozenge A$ para denotar que ele é desnecessário. O conceito de necessidade diz que um proto-direito não é necessário ao sistema caso todas as ações são ilegítimas ou que todas as possíveis violações são justificáveis.

É imediato que $A < \mathcal{L} \implies \blacklozenge A$

Por outro lado temos $\lozenge A \iff (\exists p \in A : p \in \mathcal{D}) \wedge \exists q \in A^* : \forall B > A : q \notin B$, que em linguagem humana significa que A é necessário se e somente se: existe uma ação legítima em A (você tem o direito de agir em alguma situação) e que A pode ser utilizado para se defender de uma ação (existe uma ação que viole A e seja injustificável).

Proposição [**Maximização da Liberdade**]

$$\Phi(A \not\equiv \mathcal{L}) : \lozenge A \implies A > \mathcal{L}$$

Dialética: $\rightarrow$ (Absurdo)

¿ $A < \mathcal{L} \implies \blacklozenge A$? $\rightarrow$
¿ $A < \mathcal{L} \implies \triangle A$? $\rightarrow$
¿ $\Phi(A < \mathcal{L}) : \forall p \in A^* : \triangle(p, A)$? $\rightarrow$ (Princípio de Ação)

Demonstração:

$\Phi(A \not\equiv \mathcal{L}) : \lozenge A \implies A > \mathcal{L}$?
$A \not\equiv \mathcal{L}$
$A < \mathcal{L} \implies \blacklozenge A$?
$A < \mathcal{L}$
$\mathcal{L} > A \implies \triangle A$? (Resultado Anterior)
$\mathcal{L} > A \implies \triangle A$
$\triangle A$, (Modus Pones)
$\blacklozenge A$, (Definição)
$A < \mathcal{L} \implies \blacklozenge A$
$\lozenge A \implies A > \mathcal{L}$, (Tautologia Lógica)

Princípio [**Necessidade de Justiça**] $\lozenge \mathcal{J}$

Usando a liberdade minimal temos de imediato que $\mathcal{J} > \mathcal{L}$. É razoável que os agentes do sistema possam restringir a liberdade de um criminoso. Também é razoável que a pessoa não tenha liberdade de cometer injustiça.

Proposição [Violação de Liberdade e Necessidade de Liberdade]

$$(\neg\triangle\mathcal{L}) \implies \Diamond\mathcal{L}$$

Dialética: $\rightarrow$

¿ $\blacklozenge\mathcal{L} \implies 0$? $\rightarrow$ (Demonstração por Absurdo)

¿ $\blacklozenge\mathcal{L} \implies (\forall p \in \mathcal{L} : p \notin \mathcal{D})$? $\rightarrow$ (Definição)

¿ $(\forall p \in \mathcal{L} : p \notin \mathcal{D}) \implies 0$? $\rightarrow$ (Demonstração por Absurdo)

¿ $\blacklozenge\mathcal{J}$? $\rightarrow$ (Princípio de Ação)

(Contradição com Princípio de Necessidade de Justiça)

Demonstração:

$(\neg\triangle\mathcal{L}) \implies \Diamond\mathcal{L}$?
- $\blacklozenge\mathcal{L} \implies 0$?
  - $\blacklozenge\mathcal{L} \implies (\forall p \in \mathcal{L} : p \notin \mathcal{D})$?
    - $\blacklozenge\mathcal{L}$, hipótese
    - $\blacklozenge\mathcal{L} \implies ((\forall p \in \mathcal{L} : p \notin \mathcal{D}) \vee \triangle\mathcal{L})$, definição
    - $(\forall p \in \mathcal{L} : p \notin \mathcal{D}) \vee \triangle\mathcal{L}$, modus pones
    - $\neg\triangle\mathcal{L}$, hipótese
    - $(\forall p \in \mathcal{L} : p \notin \mathcal{D})$, tautologia lógica
  - $(\forall p \in \mathcal{L} : p \notin \mathcal{D}) \implies 0$?
    - $(\forall p \in \mathcal{L} : p \notin \mathcal{D})$
    - $\blacklozenge\mathcal{J}$?
      - $\forall p \in \mathcal{J} : p \notin \mathcal{D}$?
        - $p \in \mathcal{J}$, hipótese
        - $p \in \mathcal{L}$, princípio de ação
        - $p \notin \mathcal{D}$, hipótese da hierarquia superior.
      - $\forall p \in \mathcal{J} : p \notin \mathcal{D}$
      - $(\forall p \in \mathcal{J} : p \notin \mathcal{D}) \implies \blacklozenge\mathcal{J}$
      - $\blacklozenge\mathcal{J}$, modus pones
    - $\blacklozenge\mathcal{J}$ contradiz com princípio de necessidade de justiça
    - 0
  - $\blacklozenge\mathcal{L}$, hipótese
  - $\blacklozenge\mathcal{L} \implies (\forall p \in \mathcal{L} : p \notin \mathcal{D})$, resultado de sub-problema
  - $(\forall p \in \mathcal{L} : p \notin \mathcal{D})$, modus pones
  - $(\forall p \in \mathcal{L} : p \notin \mathcal{D}) \implies 0$, resultado de sub-problema
  - 0, modus pones
- $\blacklozenge\mathcal{L} \implies 0$, resultado de sub-problema
- $1 \implies \Diamond\mathcal{L}$, tautologia lógica
- $\Diamond\mathcal{L}$, tautologia lógica

O significado de $\triangle\mathcal{L}$ significa que qualquer violação da liberdade é justificada, o que é uma sentença estranha, não faz sentido que um sistema opte por um princípio deste. A sua negação significa que existe violações de liberdade que não são justificadas. Portanto $(\neg\triangle\mathcal{L}) \implies \Diamond\mathcal{L}$ significa que caso exista violações de liberdade que não são justificadas então a liberdade é necessária ao sistema. O sentido reverso ($(A \implies B) \iff (\neg B \implies \neg A)$) talvez seja mais evidente, suponha que a liberdade não seja necessária, logo toda violação de liberdade é justificada.

Do ponto de vista operacional o símbolo $\mathcal{J}$ não tem nenhuma propriedade diferente de um outro proto-direito que seja necessário para o sistema. Queremos que $\mathcal{J}$ tenha propriedades operacionais especiais, assim como $\mathcal{L}$ possui. Vamos definir um novo princípio e tentar analisar suas consequências.

Princípio [Necessidade de Liberdade] $\neg\triangle\mathcal{L}$

Princípio [Justiça Maximal] $\mathcal{J}_{\texttt{maximal}}$

De imediato temos que se $p \in \mathcal{J}^* \implies \neg\triangle(p, \mathcal{J})$, que em linguagem humana significa que uma ação injusta não é justificável.

O sistema com as entidades $\mathcal{J} > \mathcal{L}$ não tem muito significado, o seu significado é essencialmente tautológico, você tem liberdade, essa liberdade é regulada pela justiça, a justiça está acima da liberdade e de todos os outros direitos a liberdade está abaixo de todos os direitos e é naturalmente maximizada por isso, porém você ainda não tem nenhuma regulação, não tem nenhuma definição de crime, não tem nenhuma definição de direito. O par $\mathcal{J} \times \mathcal{L}$ forma a dialética (no sentido de contraposição) fundamental para o sistema, a estratégia para refina-lo é tentar inserir outros pares. Como é uma tarefa que pode se estender por muito tempo irei apenas me ater ao que considero mais fundamental.